

# INPC deve ser indexador econômico

29

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O plano econômico do Governo Collor deverá mudar o indexador da economia, a partir de 1º de abril, depois de realizado um realinhamento de preços, inclusive câmbio, e tarifas, logo após a posse. O atual indexador oficial, o IPC, deverá ser substituído pelo INPC, segundo colaboradores da equipe econômica do futuro Governo.

Em março, o Ministério da Economia deverá administrar um amplo realinhamento de preços, corrigindo defasagens de tarifas e preços públicos e também dos preços controlados. Esse alinhamento seria feito já de forma a absorver o ajuste no câmbio. Os ajustes de preços que ocorrerem de 16 a 31 de março serão contabilizados na inflação do mês, que teria um vetor no último dia.

A exemplo do que foi feito nos Planos Verão e Bresser, a inflação do vetor não seria incluída nos contratos e salários, porque o novo indexador só começaria a ser apurado no dia 1 de abril. Para que a inflação de abril — quando as autoridades do próximo Governo esperam que comece a contagem do Governo Collor, após deixar a inflação passada (do Governo Sarney) para trás — não seja contaminada pelos aumentos de preços administrados em março (o índice é resultado da comparação da média de preços de abril, mais alta, contra os de março), seria necessária alterar sua forma de cálculo. Ao invés de comparar média contra média, seria feita a comparação da mé-



Foto de Luiz Antônio

Zélia Cardoso de Mello e os economistas Ibrahim Eris, Luis Eduardo Assis e Gustavo Loyola visitam o Senado

dia de abril com a inflação do vetor de março, que é o pico dos preços, depois do realinhamento. Dessa forma, o índice de abril será forçosamente mais baixo.

Essa estratégia dispensa o uso de "tablitas", conversões de valores e outras complicações inerentes à desindexação. O BTN, que é usado para indexar contratos, continuaria existindo, apenas regido por um índice diferente, para expurgar a inflação do vetor.

O reajuste salarial em março obedece à regra existente, com base na

inflação de fevereiro, porque, a partir do dia 1, a correção já se torna direito adquirido do trabalhador. A mudança da política de salários, assim como dos demais preços da economia, ocorrerá a partir de abril, quando passará a se pautar pela inflação futura. Os prazos de reajustes de todos os preços será ampliado gradativamente.

Para garantir uma inflação baixa em abril, a futura equipe econômica está azeitando instrumentos esquecidos da política econômica, com for-

tes ingredientes políticos. Está nos planos do próximo Governo cobrar depósito compulsório sobre os depósitos a prazo nos bancos (contas remuneradas), modificar a tributação para favorecer aplicações de prazos mais longos e alterar os juros. A política fiscal deverá auxiliar a política monetária, exigindo o mínimo de emissão de títulos, para não pressionar as taxas de juros. Para isso, a estratégia é equilibrar o caixa, já a partir de abril, com menores despesas com manutenção e pessoal da máquina administrativa.

## Corporativismo

O SINDICATO dos Funcionários do Banco Central repudiou em nota oficial a escolha de Ibrahim Eris para a Presidência do órgão, porque ele já esteve ligado a empresa do mercado financeiro.

O PROTESTO tem apoio em projeto aprovado pelo Senado, embora ainda não votado pela Câmara.

MAS não se apóia no bom senso. É evidentemente necessário que todos os integran-

tes da Diretoria do BC se dispam de todos os laços, inclusive acionários, com empresas da área subordinada ao banco. A experiência também recomenda atenção aos vínculos de parentesco. Mas não há sentido em desprezar a experiência de quem já conheceu, por dentro, o mercado.

ACEITAR os critérios do Sindicato seria limitar a escolha dos dirigentes a teóricos do setor acadêmico ou — numa concessão ao espírito corporativista que a manifestação mal esconde — aos sócios do Sindicato.